



## POLÍCIA CIENTÍFICA DE SÃO PAULO TENTARÁ IDENTIFICAR ESTUPRADORES EM SÉRIE POR MEIO DE DNA

A Polícia Científica de São Paulo retoma em maio a coleta de amostras de DNA de 80 mil presos condenados por crimes violentos para tentar identificar estupradores em série que agem há duas décadas na Grande São Paulo. Os três criminosos cometeram crimes entre 2001 e 2002 e passaram mais de 10 anos sem fazer novas vítimas, mas voltaram a atacar entre 2011 e 2013.

Eles ainda não foram identificados pela polícia, que corre para o tempo para descobrir quem são os autores dos crimes antes que os casos prescrevam e não possam mais ser punidos. Durante a pandemia, o serviço de coleta do DNA em presídios do estado, que atualmente abrigam mais de 200 mil detentos, foi suspenso.

As amostras de DNA dos criminosos, retiradas do corpo das vítimas de violência sexuais no período, foram inseridas no banco de dados estadual de material genético mantido pela Polícia Científica.

O maior estuprador em série fez 12 vítimas, segundo a polícia. Dez delas na Zona Sul da capital: os crimes ocorreram em diversos bairros, entre eles Jabaquara, Vila Clementino, Ipiranga, Heliópolis, Sacomã e também na cidade de São Caetano do Sul.

Outro estuprador fez oito ataques em três cidades do ABC paulista, sempre à noite: foram 6 casos em Carapicuíba, um em Barueri e um em Itapevi, segundo a Polícia Científica. Os crimes foram sempre à noite. O terceiro estuprador procurado pela polícia fez sete vítimas: duas em Pinheiros e uma no Jaguaré, na Zona Oeste de São Paulo, e outras quatro na Zona Leste, nos bairros de Sapopemba, Vila Diva, Tatuapé e Vila Alpina.

Para tentar identificar os criminosos a busca será feita, primeiramente, dentro dos presídios do estado. “É porque se um criminoso não está ainda mais em atividade, a gente só vai ter aquelas coincidências antigas e aí caberia às investigações desses casos muito antigos serem retomadas. Às vezes, nem sempre aquele indivíduo está mais naquela área, então dificulta bastante essas investigações de casos antigos”, diz a perita criminal Ana Cláudia Pacheco, diretora do núcleo de biologia e química da Polícia Científica.

### Peritos criminais no Distrito Federal e no Espírito Santo pedem exoneração de cargos de chefia

No início de abril a cúpula da Polícia Técnico-Científica do Espírito Santo pediu exoneração dos cargos de chefia. A mobilização, que contou com a adesão do Perito Superintendente Francisco Mutz Ratzke, busca a valorização salarial da carreira de Peritos Criminais e autonomia da Polícia Técnico-Científica.

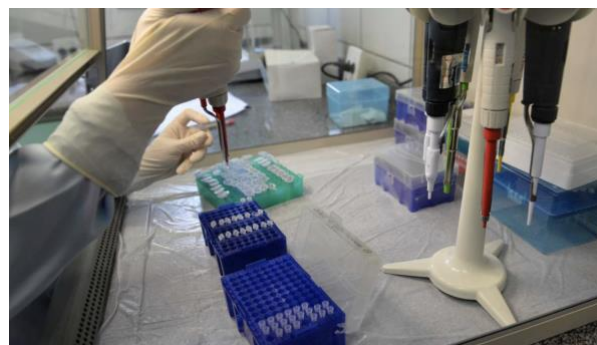
Uma semana após a mobilização capixaba, 20 peritos criminais do Distrito Federal também decidiram pedir afastamento dos cargos de chefias que ocupavam. A autonomia em relação à Polícia Civil e a valorização salarial da carreira também motivou o movimento dos Peritos Criminais no DF.

Segundo a Associação Brasileira de Peritos em Criminalística (ABPC) têm sido recorrentes as interferências por parte da alta cúpula da Polícia Civil do Distrito Federal nas atribuições dos Peritos Criminais. A última medida apontada pela ABPC foi a proibição da realização do exame de comparação facial, utilizado para identificar criminosos por meio de imagens de vídeo. Para o vice-presidente da ABPC, Carlos Fernandes Filho, a direção da PCDF tem tomado medidas para enfraquecer a perícia criminal. Segundo ele, essas medidas apresentam reflexos perigosos e demonstram o enfraquecimento das provas periciais para a concretização da justiça. “Essa proibição foi a gota d’água”, diz.

### Recado do presidente

A decisão de peritos criminais do Distrito Federal de entregarem cargos de chefia após serem proibidos, pela Polícia Civil, de fazerem exames de identificação facial reforça a importância da aprovação, pelo Senado Federal, da PEC 76/2019, proposta de emenda que inclui no texto da Constituição Federal a Polícia Científica dentre os órgãos responsáveis pela segurança pública no país. Embora a discussão da PEC tenha sido retomada em março, ainda não há perspectivas sobre o ritmo de tramitação da proposta, uma vez que os trabalhos do Congresso Nacional devem andar num ritmo mais lento devido às eleições gerais de outubro. Ao mesmo tempo em que pode atrasar as discussões sobre o tema, o cenário eleitoral traz oportunidades para que possamos procurar candidatos para que assumam compromisso em defesa da autonomia da Polícia Científica e pela aprovação da PEC 76/2019. Um compromisso com a melhoria da segurança pública.

### Leandro Lima



Banco de perfil genéticos ajuda na solução de crimes

### XXI Congresso Nacional de Criminalística será em 17 e 20/5 em Campinas (SP)

Evento, que será no Centro de Eventos Expo Dom Pedro em Campinas/SP, acontecerá simultaneamente com o IX Congresso Internacional de Perícia Criminal e a XXVI Exposição de Tecnologias Aplicadas à Criminalística.

O CNC é um evento itinerante da Associação Brasileira de Criminalística (ABC), realizado de dois em dois anos, tradicionalmente nos anos ímpares, a edição de 2021 foi adiada para 2022 em razão da pandemia de covid-19. Historicamente o CNC conta com expressiva participação de peritos criminais, médicos-legistas, odonto-legistas, profissionais da segurança pública, professores universitários, pesquisadores de instituições públicas e privadas, estudantes de pós-graduação e de graduação do Brasil e também de outros países, principalmente da América do Sul.

Para mais informações acesse o link <https://app.virtualieventos.com.br/criminalistica2022>



EM DEFESA DA AUTONOMIA DA POLÍCIA CIENTÍFICA

## "AUTONOMIA DA PERÍCIA TORNA O SERVIÇO MAIS PRÓXIMO DAS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO"

Graduado em Engenharia e Direito, o Perito Oficial Luiz Rodrigo Grochocki é diretor-geral da Polícia Científica do Paraná, onde ingressou por concurso em 2009. "A constitucionalização da Polícia Científica é um direito do cidadão", afirma ele, especialista em Direito Aplicado pela Escola da Magistratura do Paraná e em Estado Democrático de Direito pela Escola do Ministério Público do Paraná. A aprovação da PEC 76/2019, "torna o serviço mais próximo da realidade de cada estado e das necessidades da população", argumenta Grochocki.

### **O Senado Federal retomou em março a discussão da PEC 76/2019, que coloca na Constituição a autonomia da Polícia Científica. O que a sociedade ganha com a mudança?**

A constitucionalização da Polícia Científica é um direito do cidadão, uma ferramenta essencial do Estado Social Democrático de Direito que garante ao povo brasileiro o cumprimento dos direitos fundamentais com estabilidade, legitimidade, segurança jurídica.

### **Essa medida contribui para melhorar os serviços realizados?**

A Constitucionalização da Polícia Científica traz impactos imediatos para o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP e para o Sistema de Justiça, pois permite que os Estados Federados decidam qual o melhor modelo de órgão de perícia oficial. Consequentemente torna o serviço mais próximo da realidade de cada estado e das necessidades da população.

### **Pode também dar mais agilidade na solução dos crimes?**

A estabilidade, legitimidade e segurança jurídica trazida pela constitucionalização reflete diretamente na agilidade, pois um órgão com a capacidade de administração tem autonomia para alocação de recursos humanos, infraestrutura e recursos financeiros para o exercício de sua atividade finalística, no caso da Polícia Científica, a solução de crimes através da prova técnico-científica.

### **Haverá aumento de gastos públicos com a perícia oficial com a aprovação da PEC 76/2019??**

Nenhum. Somente dará estabilidade, legitimidade e segurança jurídica às estruturas já existentes nos Estados. Por exemplo, no Paraná somente consolida estrutura existente há pelo menos 20 anos.

### **A partir de sua experiência no Ministério da Justiça é possível avaliar a diferença do trabalho dos peritos criminais nos Estados em que a Polícia Científica tem autonomia em relação às demais unidades da federação?**

Quando se tem uma visão sistêmica e global de todos os Estados e do Distrito Federal a partir das Políticas Públicas do Ministério da Justiça é possível enxergar a falta de representatividade criada pela ausência de previsão constitucional da Polícia Científica. As questões técnico-administrativas da Perícia Oficial tratada por leigos fazem toda diferença no trabalho dos Peritos Criminais que não têm autonomia, as Políticas Públicas têm dificuldades de alcançar o profissional que está na linha de frente dos Sistemas de Segurança Pública e Justiça.



### **A Polícia Científica do Paraná já tem 20 anos. Como a autonomia contribuiu para melhorar o trabalho dos peritos criminais no Estado? Pode dar exemplos?**

Apesar de parecer moderna, a atividade de Polícia Científica acompanha o surgimento do processo penal brasileiro. A constitucionalização federal nada mais é do que a consolidação de uma estrutura organizacional que se consolidou no Brasil desde o artigo 135 do Código de 1832 e no Paraná com o registro do primeiro livro de laudos em 1897. Em 20 anos, com a autonomia plena, a Polícia Científica do Paraná se tornou referência nacional e internacional.

Nos últimos dois anos recebemos visitas técnicas do Secretário Nacional de Segurança Pública - SENASP, do Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, do Secretário Executivo do Ministério da Justiça – MJSP, do Diretor de Políticas de Segurança Pública do Ministério da Justiça – DPSP, Secretaria de Estado de São Paulo e de pesquisadores das mais diversas universidades nacionais e internacionais.

Tudo isso só foi possível por a Polícia Científica do Paraná ser destaque nas ciências forenses e por ter autonomia para decidir alocar recursos para estar à frente em Políticas Públicas como o Projeto de Desaparecidos do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos - MDH, Projeto do Sistema Nacional de Análise Balística – SINAB, Projeto Tanatos, Projeto Cloacina e Projeto Meio Ambiente Integrado e Seguro - Brasil M.A.I.S do Ministério da Justiça.

### **Por que a autonomia é tão criticada por parte dos delegados?**

A crítica é justamente onde as Polícias Científicas estão vinculadas às estruturas da Polícia Judiciária. Nos estados onde existe a constitucionalização das Polícias Científicas, organizacional e administrativamente autônomas, não existe a crítica. Pelo contrário existe a convivência colaborativa, integrada e harmoniosa de todos os integrantes operacionais do SUSP, sendo evidentes os avanços na qualidade dos serviços prestados à justiça e à segurança pública.



## Peritos criminas do Pará avançam na coleta de DNA de custodiados no sistema penal



Foto: Amanda Monteiro / CPC

Os peritos criminais do Laboratório de Genética Forense da Polícia Científica do Pará (PCEPA) realizaram, na primeira semana de abril, a coleta de material biológico, no Complexo Penitenciário de Americano, na Região Metropolitana de Belém, de mais de 300 custodiados condenados por crimes hediondos e graves contra pessoa para inserção no Banco Nacional de Perfis Genéticos (BNPG). O trabalho, o quinto realizado este ano, atende o artigo 9º-A da Lei 7.210/84 de execução penal, em que determina a coleta do perfil dentro das unidades prisionais que é de competência dos órgãos de perícia criminal, de acordo com o artigo 5º-A da Lei 12.037/2009, que estipulou ao Estado a coleta de 2.713 condenados de Justiça, em 2022. O objetivo do BNPG é apontar o autor de crimes não esclarecidos, uma vez que nele haverá o cruzamento do DNA dos condenados por crimes violentos com os vestígios genéticos coletado dos corpos das vítimas e dos locais de crime. “Esse material é encaminhado ao laboratório para ser processado e recuperar o perfil genético e ser inserido no banco estadual e nacional para fazerem busca entre os vestígios encontrados nos locais de crime”, explicou a perita criminal Elzemar Rodrigues, gerente do Laboratório de Genética Forense da PCEPA. Fonte:

<https://agenciapara.com.br/noticia/36132/>

**PR** – O trabalho ininterrupto das polícias Científica e Civil nas primeiras horas após um acidente de ônibus, em Sapopema, resultou na identificação e liberação dos corpos das 11 vítimas fatais, cerca de 12 horas depois da ocorrência. O empenho dos profissionais para fazer a liberação dos corpos às famílias foi para não aumentar a dor do luto. “Os procedimentos de identificação variam conforme o caso e não podemos ignorar nenhuma etapa do processo”, explica o Perito Criminal Luciano Gardano Elias Bucharle, chefe da unidade local da Polícia Científica. Após o trabalho de remoção das vítimas do local do acidente, os corpos foram encaminhados ao Instituto Médico Legal de Londrina para o trabalho de necropsia, exame que determina a causa da morte. O fato de que algumas das vítimas carregavam documentos pessoais, o que contribuiu para que os 11 corpos fossem reconhecidos e liberados mais rapidamente para retirada pelos familiares.

**SP** – Após mais de 15 anos de espera, a Polícia Científica de Bauru terá uma nova sede, que promete dar mais agilidade ao trabalho das equipes e melhores condições de atendimento à população. A construção do prédio que abrigará o Núcleo de Perícias Criminalísticas de Bauru, que inclui a unidade regional do Instituto de Criminalística (IC) e do Instituto Médico Legal (IML), começou em abril. O governo estadual vai investir R\$ 21,350 milhões para construir, num prazo de dois anos, um imóvel de 2,5 mil metros quadrados, cujo terreno foi doado pela prefeitura. Quando estiver pronto, a previsão é que a unidade poderá realizar exames que atualmente são oferecidos apenas na cidade de São Paulo, além de proporcionar maior comodidade para o público e melhorar as condições de trabalho dos profissionais. “É um ambiente pensado para garantir todo o fluxo de realização de perícios, o que dará celeridade ao trabalho da Polícia Científica”, diz o perito Alex Gehring Ursini.

**RS** – O índice de defasagem do quadro de Peritos Criminais no Rio Grande do Sul chega a 49%. Em 14 anos, somente dois concursos públicos para reposição de funcionários foram realizados, sendo o último em 2017. As informações são da Associação dos Peritos Criminais do Rio Grande do Sul (Acrigs). A reposição é importante para dar mais confiabilidade às decisões judiciais, já que elas estão alicerçadas na materialidade comprovada pelas perícias. Outro fator agravante está relacionado à remuneração. Comparados a cargos equivalentes na Secretaria de Segurança Pública, os salários desses profissionais são cerca de 30% menores. Esses fatores promoveram um grande acúmulo de trabalho e sobrecarga aos servidores, acarretando uma precarização no atendimento à população em todo o Estado.

## Peritos criminais do AM iniciam processo de mudança da estrutura organizacional do órgão

Os profissionais do Departamento de Polícia Técnico-Científica do Amazonas iniciaram em abril o processo de mudança na estrutura organizacional do órgão. O novo método, adotado por determinação do secretário de Segurança Pública, general Carlos Alberto Mansur, vai passar a seguir as diretrizes nacionais da Polícia Técnico-Científica. A nova estrutura organizacional conta com uma divisão de grupos de trabalho, por cada região da cidade, para que o órgão possa ter maior autonomia e eficiência nas suas ações, seguindo o padrão nacional. De acordo com o perito criminal Ivan Farias, essas mudanças vão permitir maior autonomia nas análises criminais. “Definimos as tarefas, datas e prazos, e as entregas para, em um segundo momento, possa se criar uma comissão para discutir a melhor forma de atuar no Departamento de Polícia Técnico-Científica do Amazonas”. explicou o perito.



FOTO: Vinicius Antunes/SSP-AM